

INTERVENÇÃO FEITA NO PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 10.11.2005 SOBRE O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2006

Sr. Presidente da Assembleia da República
Sr. Primeiro Ministro
Srs. Membros do governo
Srs. Deputados

O Orçamento é um documento político que reflecte as políticas e prioridades do governo.

A análise da Proposta do Orçamento do Estado para 2006 apresentado leva à conclusão que, contrariamente ao que todos os membros de governo repetem, a proposta não é credível.

Em primeiro lugar, porque se baseia num cenário macroeconómico pouco realista, que terá de ser corrigido em breve, como se está a tornar frequente.

Em segundo lugar, a proposta não é credível porque não contribui para resolver os grandes problemas estruturais do País, que constituem as verdadeiras causas do atraso e estagnação económica.

Assim, **em relação às graves desigualdades sociais e na repartição do rendimento** (a pior da União Europeia), a Proposta agrava a injustiça fiscal. O peso dos impostos indirectos nas receitas fiscais vão aumentar em 2006 (*entre 2002 e 2006, o peso dos impostos indirectos nas receitas fiscais aumentará de 58,2% para 62,6% e, entre 2005 e 2006, sobe de 62% para 62,6% de acordo com o Relatório do OE2006¹*). Tal como sucedeu nos dois anos anteriores, vão também aumentar os impostos pagos pelos trabalhadores, através de um aumento insuficiente dos escalões do IRS (*entre 2002 e 2006, o peso dos impostos indirectos nas receitas fiscais aumentará de 58,2% para 62,6% e, entre 2005 e 2006, sobe de 62% para 62,6% de acordo com o Relatório do OE2006*), e agora também os impostos pagos por muitos reformados através da diminuição dedução específica (*o governo pretende diminuir dedução específica dos reformados de 8.283 euros – a actual – para 7.500 euros*). Os privilégios e benefícios fiscais, de que gozam os grandes grupos económicos, e que fazem perder ao Estado elevado volume de receita fiscal (*em 2006, o governo prevê uma perda de receita fiscal, por esta razão, que ronda 2.078 milhões de euros, sendo 70,2% deste total resultantes de benefícios fiscais concedidos às empresas, nomeadamente grandes grupos económicos*), contribuindo para o desequilíbrio das contas públicas, não vão diminuir. O governo até pretende criar um regime fiscal mais favorável para os fundos de investimento. A norma da Constituição (*artº 103 da CR*), que estabelece que o sistema fiscal visa também “uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza”, será mais uma vez desrespeitada.

Os resultados do **combate à evasão e fraude**, que é um combate importante, ainda são manifestamente insuficientes, não correspondendo à campanha mediática orquestrada pelo governo.

A nível fiscal o objectivo do governo para 2006 é recuperar um valor que é igual a menos de 4% (*mais precisamente 3,5% do valor da evasão e fraude*) do valor da evasão e da fraude fiscal que se verifica num único ano (*de acordo com o Director Geral dos Impostos poderá atingir, por ano, 7% do PIB, ou seja, 10.000 milhões de euros*). Em relação à Segurança Social o objectivo governamental para 2006 é um valor igual a 7% (*250 milhões de euros*) da dívida actual declarada (*segundo o Ministro de Trabalho e da*

¹ O que está a itálico em todo o texto não foi dito no Plenário da Assembleia da República em 10.11.2006 porque o tempo de intervenção era limitado a 10 minutos, mas acrescentou-se para fundamentar e tornar mais claro o dito no Plenário

Segurança Social, só a dívida declara atinge 3.400 milhões de euros, sem contar com a evasão e fraude ao pagamento das contribuições que se verifica em cada ano), que continua a aumentar. É urgente afectar mais meios humanos e financeiros a este combate, para que ele possa ser eficaz.

Sem uma **Administração Pública** moderna e eficiente é impensável que o País possa sair da situação de atraso e de estagnação em que se encontra.

No entanto, no lugar da prioridade do governo ser a sua modernização e o aumento da sua eficiência, o que só é possível com participação e envolvimento dos trabalhadores e o respeito pelos seus direitos, o que se tem assistido é um “a um quero, posso, e mando” mesmo ignóbil, procurando apresentar os direitos destes trabalhadores aos olhos da população como privilégios, para os atacar mais facilmente, fragilizando assim a Administração Pública e tornando mais difícil ao País a saída da crise.

Com este Orçamento, **o poder de compra** destes trabalhadores sofrerá nova redução em 2006 (*de acordo com o quadro 3.2.12 constante do Relatório do OE2006, pág. 74, a verba orçamentada em 2006 para “Remunerações certas e permanentes”, incluindo a dotação provisional, é apenas 1,9% superior à estimativa de despesa na mesma rubrica em 2005, como consta do mesmo quadro*).

Em relação ao **sistema de aposentação**, transformada num dos principais instrumentos de redução da despesa à custa da violação de direitos, é necessário que o Sr. 1º Ministro saiba o seguinte: Contrariamente ao compromisso público que tomou, a lei aprovada pelo governo determinará carreiras longas para esmagadora maioria dos trabalhadores, pois 86 em cada 100 trabalhadores abrangidos por ela, terão de ter mais de 40 anos de serviço ou de trabalhar para além dos 65 anos para ter direito à pensão completa.

A proposta de lei determinará para os 441.000 trabalhadores abrangidos um regime mais desfavorável que o existente para o sector privado não só pela razão anterior, mas também porque a taxa de formação da pensão posterior a 2005, para os trabalhadores que se aposentarem até 2015 (apenas de 2% por cada ano de serviço), é inferior à que vigora actualmente para o sector privado (*varia entre 2% e 2,3%, beneficiando o trabalhador sempre de uma taxa superior a 2% no cálculo de uma parcela da sua pensão*). Para além de tudo isto, viola direitos já formados pelo tempo de serviço realizado até 2005 (*e isto porque o governo pretende aplicar a este tempo de serviço no cálculo da respectiva pensão, uma taxa de formação sempre inferior à que vigora até 2005, que é de 2,5% por cada ano de serviço, sendo tanto mais baixa quanto mais tarde se aposentar o trabalhador, sendo apenas 2,25% a partir de 2012*).

É necessário investir mais e melhor para aumentar a competitividade da Economia e reduzir o desemprego. Era necessário que o Estado desse um forte sinal nessa direcção. Pelo contrário, a nível de **Investimento Público**, tomando como base o PIDDAC, concluímos que se verifica uma quebra significativa no investimento em 2006, que atinge -28% em valores nominais quando o comparamos com o PIDDAC de 2005 (*PIDDAC2005: 6.724 milhões de euros; PIDDAC2006: 4.853,5 milhões de euros*). É a obsessão do défice a comandar as decisões de investimento.

Mas igualmente grave é a repartição desse investimento quer por áreas quer pelos diferentes regiões do País, agravando problemas e assimetrias. Assim, seis áreas fundamentais para o desenvolvimento do País - ensino básico e secundário (*apenas 2,3% do total do PIDDAC*); ensino superior (1,7%); formação Profissional e Emprego (1,9%); Investigação Científica e Tecnológica (6,6%); Modernização da Economia (12,9%); Agricultura e Pescas (10,9%) - concentram pouco mais de um terço do total dos investimentos do PIDDAC (*mais precisamente, 36,3% do total do PIDDAC*). Por outro

lado, se compararmos o PIDDAC de 2006 (4.853,5 milhões de euros) com o de 2002 (6.638,9 milhões de euros), concluímos que apesar de se ter verificado uma diminuição média de 27% em valores nominais são as regiões menos desenvolvidas do País que sofrem os maiores cortes: Distrito de Beja: - 51% (186,3 milhões euros em 2002 e 91,3 milhões de euros em 2006) ; Braga : - 69% (358,2 milhões de euros em 2002, e 110,6 milhões de euros em 2002) ; Bragança : - 53% (125 milhões de euros em 2002 e 59,1 milhões de euros em 2006); Viana do Castelo : -70% (118,7 milhões de euros em 2002 e 35,4 milhões de euros em 2006); Viseu : -55% (167,5 milhões de euros em 2002 e 74,6 milhões de euros em 2006); etc..

Na área da **Educação**, embora Portugal seja o país da União Europeia com mais baixo nível de escolaridade e maior abandono escolar, o orçamentado para o “Ensino Básico e secundário”(5.262,2 milhões de euros em 2005 e 5.235,5 milhões de euros em 2006, portanto uma variação de -0,9%) sofre uma diminuição mesmo em valores nominais em 2006 relativamente a 2005. Apesar de ser necessário **investir mais nas áreas científicas e tecnológicas**, o orçamento para as Universidades (1.055,5 milhões de euros em 2005 e 1.066,7 milhões de euros em 2006, apenas + 1,1%) e Instituto Politécnicos (394,1 milhões de euros em 2005 e 397,6 milhões de euros em 2006, apenas +0,9%) sofre também uma redução em 2006 em termos reais. É mais uma vez a obsessão do défice a sobrepor-se mesmo em áreas fundamentais.

Em relação à **qualificação profissional**, outro problema estrutural, o governo não tenciona fazer cumprir o que está na lei sobre o direito à formação dos trabalhadores (20 horas em 2005 e 35 horas a partir de 2006, de acordo com os nº3 e 4 do artº 125 do Código do Trabalho).

O **sistema de transportes em Portugal**, assenta fundamentalmente no transporte rodoviário (em Portugal, o transporte rodoviário representa 93,1% do transporte interno, enquanto a média na União Europeia é de 76,4%) em prejuízo do transporte ferroviário (em Portugal, o transporte ferroviário representa apenas 6,9% do transporte interno, quando a média na União Europeia é de 18,1%) ; e no transporte individual em prejuízo do transporte colectivo (entre 1991 e 2001, o peso do transporte individual duplicou, atingindo 44% na AM de Lisboa e 49% na AM do Porto, enquanto o transporte colectivo representa, respectivamente, somente 37% e 28%, em cada uma destas áreas metropolitanas). É um sistema de transportes distorcido, caro e poluente, que grava a ineficiência, a dependência e a factura energética.

Se analisarmos os 23 projectos do Ministério dos Transportes e Obras Públicas constantes da própria Proposta de Lei, no valor de 744 milhões de euros, cerca de 90% deste investimento é destinado ao transporte rodoviário e menos de 3% ao transporte ferroviário.

É esclarecedor das prioridades do governo, que o campeonato mundial de vela e o Paris-Dakar tenham 7 milhões de euros, mas o Metro de Lisboa menos de 6 milhões de euros, apesar dos atrasos serem cada vez mais frequentes por “razões técnicas”.

As **parcerias público privados**, que é uma forma indirecta de privatizar serviços públicos, aparecem já com força neste orçamento, hipotecando as gerações futuras. Para elas há dinheiro, pois no período 2006-2030 estão já previstos o pagamento pelo Estado de 21.500 milhões de euros nas áreas da saúde e de transportes, assegurando aos privados lucros certos e elevados à custa do Orçamento do Estado.

No campo das **privatizações**, o PS parece não ter aprendido com o passado. Entre 1995 e 2001, o PS levou a cabo um processo maciço de privatizações, tendo arrecadado com a venda de empresas públicas, muito delas ao desbarato, 16.000

milhões de euros (*mais precisamente, 15.919,8 milhões de euros*). A justificação dada na altura foi aumentar a competitividade, criar grupos económicos nacionais, modernizar a Economia. Os resultados desastrosos dessa política maciça de privatizações estão à vista de todos e só não vê quem não quer ver: baixa competitividade, perda de quotas de mercado, domínio da nossa economia por grupos estrangeiros.

O Tribunal de Contas, em auditoria que fez, concluiu que 11 empresas públicas, em apenas 4 anos, obtiveram lucros superiores a mais de metade de todas as receitas obtidas com as privatizações realizadas pelo PS (*mais precisamente, 9.176,7 milhões de euros que corresponde a 57,6% do valor das privatizações realizadas pelo PS- págs. 60-71 do Relatório de Auditoria nº 31/2004 do Tribunal de Contas*). Uma parte significativa destes lucros constituíam receitas do OE. É evidente que as empresas ao serem vendidas, o Orçamento perdeu uma fonte importante de receitas, o que contribuiu para agravar mais o défice.

Apesar disso, a Proposta para 2006 incluiu a venda de empresas públicas no valor de 1.600 milhões de euros, naturalmente as mais rentáveis, ou seja, as que mais contribuem para o equilíbrio orçamental.

A análise feita mostra que as prioridades e políticas que estão neste Orçamento não respondem à grave crise económica e social que o País enfrenta. Ficou claro nas audições (com os ministros e secretários de Estado das diversas áreas), que o governo não tem política económica. A redução do défice é o seu principal objectivo, o único que o domina.

Mas tudo isto assenta numa grande mentira económica, que é a seguinte: conseguida a redução do défice, os problemas estruturais da nossa economia e da nossa sociedade resolver-se-iam por si, por livre actuação daquilo que chamam “os mercados”, como por milagre.

Isso não é verdade, e muito menos para uma economia frágil e dependente como é a nossa.

O rigor orçamental é importante, mas pretender reduzir o défice tanto e num período tão curto, ele torna-se uma obsessão como provei, e numa altura de grave crise económica só poderá contribuir para prolongar a estagnação económica, mergulhar o País na recessão, aumentar ainda mais o desemprego, hipotecando o presente e o futuro dos portugueses.

**Eugénio Rosa
Economista
Deputado
10 Novembro de 2005**